

# DESMATE: DADOS CONFLITANTES

Em 07/05/89, a *Folha de São Paulo* estampava a manchete: "Governo maquiou dados sobre a Amazônia". É que, no mês anterior, o presidente Sarney anunciara que, segundo levantamento feito pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), o desmatamento na Amazônia Legal Brasileira (ALB) chegara a 5,12% — menos da metade que os 12% divulgados pelo Banco Mundial em janeiro. Pesquisadores e técnicos interessados na questão também contestaram a avaliação do Inpe — coordenada pelo diretor de sensoriamento remoto, Roberto Pereira da Cunha —, que acabou na pauta de uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Amazônia, no final de maio. Quase um ano depois, esses números continuam gerando controvérsia, inclusive no seio da comunidade científica. Parecem oportunos, portanto, alguns esclarecimentos.

A taxa divulgada pelo Banco Mundial foi fornecida por J.R.Mckenna Jr., especialista em sensoriamento remoto da instituição. Ora, segundo informações de Mckenna, os 12% resultaram da combinação de várias técnicas: exame visual de imagens recentes enviadas pelo satélite Landsat-TM, observações de campo, informações prestadas

por técnicos e cientistas ligados à questão e, sobretudo, projeções obtidas a partir de levantamentos feitos pelo próprio Inpe e o então Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), com base em imagens do Landsat-MSS.

Aí está o *x* da questão: essas projeções se referiam a todo tipo de alteração antrópica ocorrida na vegetação da ALB: não só em florestas ou matas densas, mas também em cerrados. A estimativa resultante — a de que tinham sido desmatados 600.000 km<sup>2</sup> ou 12% da ALB — referia-se, pois, à vegetação em geral.

Por outro lado, o levantamento do Inpe só considerou as regiões originalmente cobertas por floresta ou cerradão. Com base nesse critério, a área desmatada nas últimas décadas foi estimada em 251.000 km<sup>2</sup>, ampliando-se para 343.000 km<sup>2</sup> quando se consideravam desmatamentos antigos. Esses valores, divididos pela área da ALB; resultaram, respectivamente, nos percentuais de 5,12% e 7,01%.

Não é preciso ser perito em estatística para perceber que o imbróglio foi fruto de uma diferença básica nas metodologias utilizadas. Inpe e Banco Mundial usaram denominadores quase iguais — consideraram a

área da ALB, respectivamente, 4.906.784 km<sup>2</sup> e 5.005.425 km<sup>2</sup>. Os numeradores, porém, referiam-se a grandezas distintas, e a comparação entre os percentuais apurados era, portanto, descabida.

Finalmente, oito meses após a divulgação de seu levantamento, o Inpe publicou relatório que explicita essa discrepância de metodologia. Além disto, revela que áreas notórias por desmatamentos recentes, como o Norte do Mato Grosso e o Sul do Pará, não foram incluídas no estudo, e que algumas imagens de satélite utilizadas eram anteriores a 1988, ano base para o trabalho.

Fica claro, portanto, que o levantamento do Inpe, o mais atual e completo já feito, subestima o desmatamento. Quanto ao do Banco Mundial, infelizmente ainda não foi publicado um documento técnico que permita sua avaliação crítica — falha grave, se considerarmos que mais de um ano se passou desde a divulgação dos 12%. Enquanto isto, aguardamos a solução de mais esse mistério, em torno da já tão polêmica Amazônia: em que porcentagem, afinal, foi desmatada ou alterada?

**Alberto Setzer**

Instituto de Pesquisas Espaciais